

AUTO DE INDEMNIZAÇÃO AUTÓNOMA

AC 07/04

Zona de Intervenção da CacémPolis, S.A.

Expropriações

Parcela n.º 25.D



Entre

Primeira Outorgante: CacémPolis, Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis no Cacém, SA, sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, com sede na Rua Nova do Zambujal, nº 9, 1º Piso, no Cacém, com o capital social de Euros 15.625.000, pessoa colectiva nº 505077892, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Cascais, com o nº 16810, adiante designada por Primeira Outorgante ou por CacémPolis, S.A., neste acto representada por **Prof. Doutor Fernando Jorge Loureiro de Roboredo Seara e Eng. Paulo Jorge Martins da Cunha Neves**, na qualidade de Vogais do Conselho de Administração, com poderes para o acto;

e

Segundo Outorgante: Dr. José Lourenço, separado judicialmente, portador do Bilhete de Identidade número 1584747, emitido em 08/06/1994 pelo Arquivo de Identificação Civil de Lisboa, contribuinte fiscal número 156573660, residente na Rua Gonçalo Domingos da Silva, nº 22, 2735-112 Cacém.

Considerando que:

- A) Em 20/12/2000, o Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território e a Câmara Municipal de Sintra aprovaram o Plano Estratégico do Cacém, que prevê um conjunto de acções a implementar, no âmbito da intervenção do Programa Polis no Cacém;
- B) A Assembleia Municipal de Sintra, em 18/10/2002, aprovou o Plano de Pormenor da Área Central do Cacém, da zona de intervenção da CacémPolis, elaborado e aprovado ao abrigo do Decreto-Lei nº 314/2000, de 2 de Dezembro, o qual foi ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 44/2003, publicada em Diário da República – I Série-B, de 26 de Março de 2003;
- C) Para execução do Plano de Pormenor da Área Central do Cacém é necessário expropriar a parcela 25, identificada no extracto da Planta Parcelar de Expropriações – 1ª Fase em anexo;
- D) O Conselho de Administração da CacémPolis no uso das prerrogativas conferidas no artigo 7º do Decreto-Lei n.º 43/2001, de 9 de Fevereiro, em reunião de 29/05/2003, deliberou nos termos do n.º 1 do artigo 10º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei 168/99, de 18 de Setembro e do artigo 6º do Decreto-Lei nº 314/2000, de 2 de Dezembro, requerer a declaração de utilidade pública das expropriações necessárias à execução do Plano de Pormenor da Área Central do Cacém, entre elas, a parcela 25;



- E) Que foi declarada utilidade pública, com carácter de urgência, desta expropriação por Despacho n.º 16231/2003 (2ª Série), de 14/07/2003, do Secretário de Estado do Ordenamento do Território, publicado em diário da República, II Série, n.º 191, de 20 de Agosto de 2003;
- F) A CacémPolis promoveu a realização da vistoria *ad perpetuam rei memoriam* e tomou posse administrativa da parcela 25, em 22 de Março de 2004;
- G) O Conselho de Administração da CacémPolis, SA, em reunião de 15 de Julho de 2004, aprovou os termos constantes do presente Auto;

é celebrado e reciprocamente aceite o presente Auto, que se rege pelos termos e condições constantes nas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

1. O Segundo Outorgante é arrendatário do prédio sito na Rua Elias Garcia, nº 55 e 57, inscrito na matriz predial da freguesia de Agualva sob o artigo 1025, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Agualva-Cacém sob o número 03319, que é parte da parcela 25 da Planta Parcelar de Expropriações – 1ª Fase da CacémPolis.
2. Na fracção identificada no número anterior o Segundo Outorgante tem instalado um estabelecimento de farmácia de que é proprietário, denominado Farmácia Central, à qual foi atribuído pelo INFARMED o alvará com o número 366.

Cláusula Segunda

Pela desocupação do espaço comercial objecto do presente Auto, a Primeira Outorgante paga ao Segundo Outorgante, na presente data, o montante de Euros 190.879,99 (cento e noventa mil oitocentos e setenta e nove euros e noventa e nove cêntimos), que corresponde à totalidade da indemnização acordada entre as partes pelos prejuízos resultantes da expropriação, dando o Segundo Outorgante com a assinatura do presente Auto de Indemnização Autónoma quitação bastante.

Cláusula Terceira

1. A Primeira Outorgante compromete-se a reservar um espaço comercial para realojamento definitivo da Farmácia Central, situado no denominado Edifício da Nova Baixa do Cacém, com uma área aproximada de 250 metros quadrados.





2. A Primeira Outorgante compromete-se a vender o espaço referido no número anterior ao Segundo Outorgante de acordo com os seguintes valores:
- a) Os 110 metros quadrados, equivalentes à área de que o Segundo Outorgante dispõe actualmente, serão vendidos a Euros 1.437,50 (mil quatrocentos e trinta e sete euros e cinquenta cêntimos) por metro quadrado;
 - b) A área que exceda os 110 metros quadrados será vendida a Euros 1.725,00 (mil setecentos e vinte e cinco euros) por metro quadrado.
3. A data previsível para a disponibilização do espaço referido no número anterior é o primeiro semestre de 2007.

Cláusula Quarta

1. O Segundo Outorgante compromete-se a fazer cessar o arrendamento e a libertar o espaço objecto do presente Auto até ao dia 30 de Setembro de 2004.
2. Caso, por razões alheias ao Segundo Outorgante, não seja possível a Farmácia transferir-se até à supra referida data, o prazo poderá ser prorrogado por acordo entre os outorgantes.

Feito no Cacém, aos 15 dias do mês de Julho, do ano de dois mil e quatro, em dois exemplares, ficando um com a CacémPolis, SA e outro com o Segundo Outorgante.

Pela CacémPolis, SA



O Segundo Outorgante
